



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado de Alagoas/União dos Palmares

EDITAL PR/AL Nº 04/2023, DE 11 DE MAIO DE 2023

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2023 DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES e PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/SANTANA DO IPANEMA PARA A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e com fundamento no Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União, aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 378, de 9 de agosto de 2010, e suas alterações, torna público o seguinte:

1. A Comissão Examinadora, apreciando o recurso interposto por candidato contra o gabarito preliminar da prova objetiva, decidiu:

1.1 NEGAR PROVIMENTO ao seguinte recurso interposto:

NÚMERO DO RECURSO	INSCRIÇÃO DO CANDIDATO	QUESTÃO - DISCIPLINA
01/2023	409 – Maceió	11 – Direito Constitucional

2. Como consequência da decisão supra, deliberou a Comissão Examinadora por:

2.1 Manter o gabarito preliminar na íntegra.

2.2 Divulgar o gabarito definitivo na forma do ANEXO I.

3. O inteiro teor do julgamento dos recursos poderá ser solicitado pelo e-mail pral-estagio@mf.mp.br

4. Diante da deliberação acima e de acordo com o disposto no item VI, do Edital PR/AL nº 01, de 24/03/2023, serão corrigidas as provas subjetivas dos candidatos relacionados no ANEXO II deste Edital.

5. O presente edital está disponível no endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/al/estagio>.

(Assinado eletronicamente)

ROBERTA LIMA BARBOSA BONFIM
Procurador-chefe da PR/AL

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

DIREITO CIVIL

Questão 1 - Assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Direito Civil integra o chamado direito público, pois é voltado para disciplinar as relações existentes entre o público em geral.
- B) Lei do Estado de Alagoas que discipline matéria de Direito Civil incorre em vício de eficácia, pois a Constituição Federal prevê competência privativa da União para legislar sobre a matéria.
- C) A lei temporária terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- D) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro prevê a possibilidade de o magistrado, diante do caso concreto, integrar lacunas normativas para chegar a uma solução adequada.**

Questão 2 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) De acordo com o Código Civil a personalidade, no que diz respeito à pessoa natural, se inicia com o nascimento com vida, muito embora a lei ponha a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- B) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos são considerados absolutamente incapazes, nos termos da lei.**
- C) A legislação civil brasileira admite a pluralidade domiciliar.
- D) Um exemplo de domicílio legal ou necessário é o do recém-nascido, que adquire o domicílio de seus pais ao nascer.

Questão 3 - Consideradas as assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- I – Uma maçã, exposta na feira, em meio a inúmeras outras, pode ser considerada um bem corpóreo, móvel, infungível e consumível.
- II – Consideram-se bens inalienáveis os que, apesar de suscetíveis de apropriação pelo homem, têm sua comercialidade excluída pela lei.
- III – O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.

- A) Apenas uma assertiva está correta.
- B) Apenas duas assertivas estão corretas.**
- C) Nenhuma assertiva está correta.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 4 - Na hipótese em que um indivíduo adquire um imóvel de outro apenas em razão de o alienante ter ameaçado de tornar público um segredo do adquirente, incutindo neste o temor justificado de ser submetido a grave desonra e a vexame público, é correto afirmar, considerada a disciplina da lei civil quanto aos vícios do consentimento, que o referido negócio jurídico é:

- A) Nulo, em razão de estado de perigo.
- B) Anulável, em razão de estado de perigo.
- C) Nulo, em razão de coação.
- D) Anulável, em razão de coação.**

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

Questão 5 - Assinale a alternativa INCORRETA:

A) As cláusulas contratuais, em matéria de Direito do Consumidor, devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

B) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão.

C) Uma pessoa que adquire bens com a finalidade de revendê-los pode ser considerada consumidora, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

D) Nos termos do Código de Defesa do Consumidor é possível que pessoas indetermináveis sejam consideradas consumidoras para os fins previstos no referido diploma legal, caso expostas a práticas abusivas lá previstas, ainda que não tenham adquirido nenhum produto ou serviço.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 6 - Concernente aos povos indígenas na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

A) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto não exclusivo e condicionado das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

B) As terras indígenas podem ser alienadas em determinadas hipóteses, a depender de regulamentação via lei complementar.

C) A pesquisa e lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional.

D) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União e aos Estados, em conjunto, demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Questão 7 - Sobre o meio ambiente na Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

A) Incumbe aos particulares proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

B) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

C) O Pico da Neblina é patrimônio nacional.

D) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei complementar, sem o que não poderão ser instaladas.

Questão 8 - Sobre o poder constituinte, assinale a alternativa INCORRETA:

A) O poder constituinte é um poder permanente e inalienável, no sentido de que

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

ele não se esgota nos momentos de Assembleia Constituinte.

B) O titular do poder constituinte é o povo, conforme a doutrina mais aceita no direito brasileiro.

C) A utilização de emendas à constituição federal é uma forma de exercício do poder constituinte.

D) O poder constituinte pode ser originário e derivado, sendo certo que o poder constituinte derivado tem o mesmo *status* jurídico do originário, diferenciando-se daquele apenas no que concerne ao momento em que é exercido.

Questão 9 - Acerca dos direitos sociais, julgue os itens a seguir, e ao final responda.

I – O direito à moradia está expresso na Constituição desde a sua promulgação;

II – De acordo com o STF, o direito à moradia não se confunde com o direito de propriedade, caracterizando-se como um direito prestacional;

III – O direito ao lazer não é um direito social propriamente dito.

A) Todas as assertivas são incorretas.

B) Apenas a assertiva II é correta.

C) Apenas a assertiva I é correta.

D) Todas as assertivas são corretas.

Questão 10 - Acerca do Ministério Público na Constituição Federal, julgue os itens a seguir, e ao final responda.

I – O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

II – O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União faz parte do Ministério Público da União.

III – Compete ao Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

IV – É permitida ao Ministério Público a consultoria jurídica de entidades públicas.

V – Compete ao Ministério Público realizar o controle externo da atividade policial.

A) I, III e V são corretas.

B) II, III e IV são corretas.

C) I, IV e V são corretas.

D) Todas são corretas.

Questão 11 - Acerca do Poder Legislativo, é CORRETO afirmar que:

A) Compete ao Senado fixar e modificar o efetivo das Forças Armadas, mediante decreto legislativo.

B) É competência exclusiva do Congresso Nacional a concessão de anistia.

C) Compete ao Congresso Nacional, de forma exclusiva, definir a política cambial nacional.

D) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 12 - Assinale a alternativa CERTA sobre aos atos administrativos:

A) os atos administrativos podem ser revogados, por motivo de conveniência ou oportunidade, quando eivados de nulidade.

B) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

C) A competência, a finalidade e a forma constituem a totalidade dos elementos do ato administrativo.

D) Os atos vinculados são aqueles nos quais a lei confere ao agente público a possibilidade de escolher a solução que melhor satisfaça o interesse público em questão, ou seja, são aqueles cuja lei deixa a critério do administrador a escolha, entre várias as opções, da mais adequada.

Questão 13 - Assinale a alternativa ERRADA quanto ao poder de polícia:

A) O poder de polícia é exclusivo do poder executivo.

B) A limitação decorrente do poder de polícia deve ser motivada.

C) O poder de polícia é regido pelos princípios que norteiam a administração pública.

D) O poder de polícia encontra limites nos direitos fundamentais.

Questão 14 - Assinale a alternativa ERRADA sobre a administração pública:

A) A administração indireta compreende as entidades dotadas de personalidade jurídica própria, a exemplo das autarquias.

B) Nos termos do Decreto-Lei n° 200, de 1967, a Administração Direta se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

C) Nos termos do Decreto-Lei n° 200, de 1967, todo e qualquer órgão da Administração Federal, direta ou indireta, está sujeito à supervisão do Ministro de Estado competente, excetuados os que estão submetidos à supervisão direta do Presidente da República.

D) Nos termos do Decreto-Lei n° 200, de 1967, a execução das atividades da Administração Federal deverá ser descentralizada o mínimo possível.

Questão 15 - Assinale a alternativa ERRADA sobre o regime jurídico dos servidores públicos:

A) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

B) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.

C) A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

D) Redistribuição é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Questão 16 - Assinale a alternativa ERRADA sobre a improbidade administrativa:

A) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

B) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade.

C) Somente servidores públicos podem representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

D) Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

Questão 17 - Assinale a alternativa ERRADA:

A) Em regra, o vício do ato anulável somente pode ser reconhecido pelo Poder Judiciário se o interessado o arguir. Por outro lado, tratando-se de ato nulo, a nulidade pode ser

conhecida, de ofício, pelo juiz ou sob provocação do Ministério Público. .

B) Os atos anuláveis e nulos são passíveis de ser convalidados.

C) O desvio de finalidade ou de poder é a violação ideológica da lei, ou, em palavras, a violação moral da lei, colimando o administrador público fins não queridos pelo legislador, ou utilizando motivos e meios imorais para a prática de um ato administrativo aparentemente legal.

D) Em regra, predomina a ideia da adoção de prazos de prescrição mais longos para impugnar atos nulos e prazos mais breves para impugnar atos anuláveis.

DIREITO PENAL

Questão 18 - Ciência ou a arte de selecionar os bens (ou direitos), que devem ser tutelados jurídica e penalmente, e escolher os caminhos para efetivar tal tutela, se refere a um conceito de:

A) criminologia

B) política criminal

C) teoria do delito

D) direito penal do inimigo

Questão 19 - Os chamados ofendículos são conceituadas como aparatos destinados a impedir a agressão algum bem jurídico, a exemplo de cacos de vidro sobre o muro e cerca eletrificada. O uso de ofendículos, conforme a doutrina majoritária, pode caracterizar causa excludente de:

A) tipicidade.

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

B) periculosidade.

C) antijuridicidade.

D) punibilidade.

Questão 20 - A respeito das disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, é INCORRETO afirmar:

A) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

B) a criação de crimes e penas por meio de medida provisória não ofende o princípio da legalidade.

C) não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

D) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Questão 21 - Tício, servidor público, atendendo ao advogado Caio, exige a importância de R\$ 1.000,00 para dar prioridade ao processo patrocinado por tal causídico. A conduta de Tício corresponde ao delito de:

A) concussão.

B) advocacia administrativa.

C) tráfico de influência.

D) corrupção passiva

Questão 22 - No que se refere aos crimes ambientais, é INCORRETO afirmar que

pode ser aplicada à pessoa jurídica a seguinte pena restritiva de direito:

A) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade.

B) suspensão parcial ou total de atividades.

C) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

D) expulsão dos sócios-administradores do quadro societário.

Questão 23 - Mévio, dono de padaria, recebe de boa-fé uma nota de R\$ 100,00 de determinado cliente. No dia seguinte, ao analisar o caixa, se deu conta de que a nota era falsificada. Mesmo ciente disso, Mévio a repassou para outro cliente, colocando a moeda em circulação. Em relação a esta conduta, Mévio:

A) Não cometeu crime algum, pois recebeu a nota falsa de boa-fé.

B) Responde pelo crime de moeda falsa, nas mesmas penas atribuídas a quem inicialmente falsificou a nota.

C) Responde pelo crime de moeda falsa, em modalidade mais branda, punida com detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

D) Responde pelo crime de moeda falsa, mas a lei prevê que o magistrado poderá conceder o perdão judicial nesse caso específico.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 24 - Assinale a alternativa que NÃO descreve uma prescrição legal acerca da competência em processo penal:

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

A) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

B) competência será determinada pela conexão quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

C) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo local onde o agente delitivo praticou o último ato de execução.

D) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

Questão 25 - Marque a opção CORRETA a respeito da ação penal:

A) Nos crimes passíveis de ação penal pública, a peça que dá início ao processo é a queixa-crime.

B) Nas hipóteses de ação penal pública condicionada, o direito de representação não pode ser exercido por procurador com poderes especiais.

C) Se, no curso da instrução processual, o membro do Ministério Público se convencer da inocência do réu, poderá desistir da ação penal.

D) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

Questão 26 - Justiniano, Delegado de Polícia Federal, recebeu uma notícia-crime

relatando que, no gabinete do Deputado Federal Tororoca, estaria ocorrendo a prática popularmente conhecida como “rachadinha”, coordenada pelo Chefe de Gabinete Tonhão. Sabendo que essa conduta configura o crime de peculato (art. 312 do CP) e com o intuito de desvendar o ilícito de forma célere, Justiniano pediu a seu primo que trabalha no Banco do Brasil para lhe encaminhar os extratos bancários de Tonhão, relativos aos últimos 12 meses. De posse dos documentos, Justiniano percebeu que, sempre na data em que os funcionários da Câmara dos Deputados recebiam salário, Tonhão era beneficiário de vários depósitos de valores variados. Assim, Justiniano intimou Tonhão a depor na Superintendência da Polícia Federal e, depois de muito pressioná-lo e ao apresentar ao interrogando os extratos bancários que estavam em seu poder, obteve a confissão. Premido pelas circunstâncias e confrontado com a prova documental, Tonhão acabou admitindo que cobrava 10% do salário dos servidores comissionados todos os meses, ameaçando-os de, caso não efetuassem os depósitos, convencer o Deputado Federal Tororoca a exonerá-los. Sobre o caso e levando em consideração a disciplina legal aplicável às provas no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

A) Ainda que obtidas em desconformidade com os ritos legalmente previstos, as provas colhidas contra Tonhão podem ser utilizadas contra ele, pois deve prevalecer o interesse público na punição da prática de uma infração penal.

B) As provas que incriminam Tonhão são ilícitas e não podem ser admitidas no processo penal, seja porque os extratos bancários foram obtidos sem prévia autorização judicial de

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

afastamento de sigilo bancário, seja porque a confissão derivou dessa prova ilícita.

C) Ainda que os extratos bancários tenham sido obtidos de maneira ilícita, porque não houve prévio requerimento de afastamento de sigilo bancário dirigido à autoridade judiciária, Tonhão pode ser responsabilizado pelo peculato, já que confessou o crime.

D) Poderá proferir sentença em ação penal movida contra Tonhão o juiz que conhecer do conteúdo das provas declaradas inadmissíveis.

Questão 27 - Aponte a assertiva INCORRETA sobre recursos:

A) Os embargos de declaração serão deduzidos em requerimento de que constem os pontos em que o acórdão é ambíguo, obscuro, contraditório ou omissivo.

B) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que pronunciar o réu.

C) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.

D) A apelação de sentença condenatória terá efeito meramente devolutivo.

Questão 28 - Assinale a assertiva INCORRETA sobre citações e intimações no processual penal:

A) A citação do réu preso será feita na pessoa do diretor do estabelecimento prisional.

B) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de

residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

C) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.

D) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa.

Questão 29 - Epaminondas Tenório estava passando por algumas dificuldades financeiras, razão pela qual decidiu utilizar o equipamento da gráfica onde trabalhava para fabricar cédulas de reais. Depois de falsificar algumas notas, aproveitou para abastecer sua moto no caminho de casa e entregou duas notas falsas de 100 reais como pagamento. Ocorre que o frentista, apesar da qualidade da contrafação, percebeu a falsidade com a utilização de uma caneta especial e acionou policiais militares que faziam um lanche na conveniência do posto de gasolina, que prenderam Epaminondas em flagrante pela prática do crime de moeda falsa (Art. 289 - Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro: Pena - reclusão, de três a doze anos, e multa). Na delegacia, Epaminondas Tenório confessou a falsificação e pagou pela gasolina colocada em sua moto com dinheiro emprestado de seu primo. O Delegado de Polícia Federal, em consulta aos sistemas, verificou que Epaminondas Tenório nunca tinha sido investigado por qualquer prática delitiva até então. Marque a assertiva que ilustra como a representante do MPF deve proceder:

A) Em razão do baixo potencial ofensivo do delito praticado, deve ser apresentada a

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

Epaminondas uma proposta de transação penal.

B) Poderá ser proposto um acordo de não persecução penal a Epaminondas, tendo em vista as circunstâncias objetivas e subjetivas da ação criminosa.

C) O caso deverá ser arquivado, pois o fato praticado por Epaminondas não configura uma conduta típica.

D) A pena mínima cominada em abstrato ao crime de moeda falsa admite suspensão condicional do processo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 30 - De acordo com a jurisprudência do STF, tem legitimidade para propor ação civil pública por improbidade administrativa tão somente:

A) As associações constituídas há pelo menos um ano e cujas finalidades institucionais contemplem a proteção dos bens e interesses referidos na Lei 7347/1985, o Ministério Público e o ente público lesado;

B) O Ministério Público;

C) O Ministério Público e o ente público lesado;

D) As associações constituídas há pelo menos um ano e cujas finalidades institucionais contemplem a proteção dos bens e interesses referidos na Lei 7347/1985, os partidos políticos, o ente público lesado e o Ministério Público.

Questão 31 - Sobre os prazos no processo civil, é CORRETO afirmar que:

A) Embora apresentem diferenças quanto à extensão, a contagem dos prazos processuais civis ocorrem da mesma forma que os processuais penais.

B) No processo civil, a contagem dos prazos, que se dá de forma contínua, considerando finais de semana e feriados, não pode começar ou terminar em dia não útil, postergando-se para o primeiro dia útil subsequente.

C) De acordo com o novo Código de Processo Civil, os prazos para as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Fazenda Pública são diferentes entre si.

D) Ressalvadas as previsões legais especiais de prazo próprio, o Ministério Público goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações, inclusive para o oferecimento de alegações finais e de contrarrazões de recursos.

Questão 32 - Sobre jurisdição e competência, é CORRETO afirmar que:

A) O STF poderá delegar aos juízes de primeiro grau a prática de atos decisórios em processos que sejam de sua competência originária.

B) Constitui afronta ao princípio do juiz natural a convocação de juízes de primeira instância para participar de julgamentos proferidos por tribunais.

C) Na ação direta de constitucionalidade, que objetiva o controle abstrato da norma, em nenhuma hipótese é facultada a análise de aspectos fáticos.

D) Mesmo que não haja sede da justiça federal no município em que se verificou o dano, uma ação civil pública proposta por

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

autarquia federal não poderá ser julgada por juiz estadual.

Questão 33 - Sobre o fenômeno genericamente intitulado “pluralidade de partes”, é INCORRETO afirmar que:

A) Forma-se um litisconsórcio por comunhão de direitos ou obrigações; por conexão de causas; por afinidade de questões.

B) Na hipótese de haver um litisconsórcio multitudinário, para cuja caracterização não existe um número definido em abstrato, caberá ao juiz estabelecer quem permanece no processo e quem dele será excluído.

C) O terceiro se torna parte do processo quando de sua intervenção, embora nem sempre seja ele parte da demanda.

D) São modalidades de intervenção de terceiro adotadas no sistema jurídico brasileiro: assistência, denúncia da lide, chamamento ao processo, oposição, nomeação à autoria, intervenção do amicus curiae e intervenção resultante do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Questão 34 - Sobre os direitos coletivos em sentido amplo, é CORRETO afirmar:

A) O Ministério Público tem legitimidade para atuar na tutela do direito à saúde, ressalvadas as questões que envolvam direitos individuais.

B) Os direitos difusos são indivisíveis e seus titulares são vinculados por uma relação jurídica base.

C) O Ministério Público deve atuar em todas as questões que envolvam direitos individuais homogêneos.

D) Quando consumidores de energia elétrica ingressam em juízo, ainda que em demandas individuais, contra o que reputam um aumento ilegal de tarifa, pretendem ver assegurado um direito coletivo em sentido estrito

LINGUA PORTUGUESA

Questão 35 - Assinale a alternativa que respectivamente preenche CORRETAMENTE as lacunas.

I. Obedecer ___ lei é condição essencial ao convívio em sociedade.

II. O entendimento acerca do que é certo e errado forma-se ___ partir das experiências pessoais.

III. Dai ___ César o que é de César.

IV. ___ vista dos argumentos da defesa, o juiz absolveu o réu.

A) à; à; a; À

B) a; à; à; A

C) à; a; a; À

D) a; a; a; À

Questão 36 - Assinale a alternativa que possua CORRETA concordância verbal e nominal

A) A argumentação concatenada e a escrita precisa daquele recurso são ainda hoje difícil de ignorar.

B) Existiam ao todo treze argumentos utilizados no recurso que não foram analisados pelo relator da apelação.

GABARITO DEFINITIVO

ANEXO I

C) Não cabe embargos de declaração contra decisão do tribunal que não analisa todas as questões suscitadas pelas partes.

D) Faltam aos cidadãos um conhecimento maior sobre seus direitos.

Questão 37 - Assinale a alternativa na qual as palavras estão grafadas e acentuadas de forma CORRETA:

A) Em recente julgamento, o STF manteu o entendimento do TSE de que todas as candidaturas beneficiadas pela fraude consistente no lançamento fictício de candidaturas femininas (“laranjas”) devem ser cassadas.

B) O STF declarou a inconstitucionalidade de leis que concediam pensão vitalícia a dependentes de prefeitos e vice-prefeitos falecidos no exercício do mandato, entendendo-as incompatíveis com a sistemática previdenciária constitucional e com os princípios republicano e da igualdade.

C) Às ameaças sibernéticas não se pode tolerar, pois atualmente parte relevante de nossa vida é vivida no ambiente virtual.

D) O incesto entre adultos não é considerado crime, mas, além de ser deplorável, é considerado crime quando ocorre entre um adulto e uma criança.

Questão 38 - Assinale o item em que a pontuação está empregada CORRETAMENTE:

A) É necessário ir ao fórum ao tribunal e à reunião.

B) Melhorar a eficiência de motores a combustão, teria impacto positivo no ambiente.

C) Devemos ter em mente, que o poder judiciário precisa ser um ambiente democrático tanto no que se refere ao acesso da população, quanto no acesso aos seus cargos mediante concurso.

D) Eu, vendo que era veneno, lacrei o pote e o joguei no lixo.

Questão 39 - Assinale a alternativa que possua PALAVRAS SINÔNIMAS:

A) cumprimento/tamanho

B) soar/transpirar

C) infligir/transgredir

D) absolver/inocentar

Questão 40 - Assinale a alternativa que possua oração de tipo DIVERSO das demais:

A) Embora os argumentos apresentados tenham sido contundentes, o tribunal negou provimento ao recurso.

B) O réu não apresentou contestação, mas o juiz não aplicou os efeitos materiais da revelia.

C) A testemunha não compareceu à audiência de instrução, a despeito de o juiz tê-la advertido da condução coercitiva.

D) O juiz não aplicou os efeitos materiais da revelia, apesar de o réu não ter apresentado contestação.



RELAÇÃO DE CANDIDATOS Aprovados na PROVA OBJETIVA

Nome	Local
AGATA GOMES DE SOUZA	
ALEKSANDRO GRACILIANO DA SILVA	
ALEXANDRE MALAFAIA FERREIRA	
ALTAMIR SA CAVALCANTE	
ALYSSON VINICIUS GOMES DE OLIVEIRA	
ANA BEATRIZ RODRIGUES CAVALCANTE	
ANNA MARIA RODRIGUES BARROS	
ARIADNE BERDINE COSTA DIOGENES	
ARTHUR MOURA MOREIRA	
BEATRIZ NICÁCIO MEDEIROS PEREIRA BARBOZA	
BRUNA ANDRESSA BISPO COSTA LIMA	ARAPIRACA
BRUNA JARDIM CANSANÇÃO DE OLIVEIRA	
BRUNNA LETICIA BERNARDO COUTO SANTOS	
CARLOS EDUARDO VALERIANO SOARES	ARAPIRACA
DAMIÃO LEITE DA SILVA JÚNIOR	ARAPIRACA
EMERSON MELO MEDEIROS	
FERNANDA MARIA PATRIOTA MACEDO	
GABRIEL ALVES DE SOUZA	
GABRIEL HENRIQUE CARVALHO MAGALHÃES	ARAPIRACA
GABRIEL MARTINS CASADO	
GABRIELLA TENÓRIO TOLEDO CAVALCANTE	
GEONALDO DE MEIRA ARROXELAS NETO	
GEÓRGIA BATISTA BASTOS MACHADO	
GIOVANNA DE AMORIM LIMA LEITE	
HADASSA REBECA SILVA MARQUES	ARAPIRACA
IVSON VASCONCELOS COSTA	
JANIELE GOMES DA SILVA	
JESSICA GOMES TENÓRIO MOURA	
JOÃO FERNANDO LIMA CALHEIROS	
JOÃO PEDRO TAVARES DE OLIVEIRA BERNARDO	
JOÃO VITOR LEITE DO NASCIMENTO	
JOSÉ ARYAN DA SILVA SANTOS	ARAPIRACA
JÚLIA ELISA FERREIRA SANTOS	
LARA CAROLINA FREITAS ROMEIRO	
LAYS DE OMENA LIMA	
LEANDRO BARBOSA FERREIRA	
LEONARDO ARMANDO NUNES SOARES FILHO	
LEONARDO FAGÁ ROCHA LIMA FERNANDES	
LETÍCIA BARROS DUARTE DA COSTA	
LETÍCIA SANTOS LIMA	
LÍVIA MARIA DA SILVA	ARAPIRACA
LUANA CAVALCANTE SILVA	
LUIS GABRIEL FERNANDES GALDINO	
MANOELA OLIVEIRA ROCHA	
MARIA ANGÉLICA DE ALBUQUERQUE SIMPLÍCIO	
MARIA EDUARDA CAVALCANTI PEREIRA DA SILVA	
MARIA EDUARDA SANTOS DO NASCIMENTO	
MARIA EMÍLIA SILVA BEZERRA BARBOSA	
MARIANA CAVALCANTE BARROS	
MARIANA CHAGAS COSTA	



RELAÇÃO DE CANDIDATOS Aprovados na PROVA OBJETIVA

Nome	Local	
MARÍLIA FREIRE CASTELLO BRANCO SOARES		
MARINA FERNANDES VANDERLEI DE AZEVEDO		
MARYANA GÓIS GONZAGA LEÃO	ARAPIRACA	
MATEUS GOMES MONTEIRO		
MATHEUS MOURA FERREIRA		
MAYRA BRENDA DA COSTA MACIEL		
MAYSLA EDUARDA SAMPAIO DE ALMEIDA FARIAS	ARAPIRACA	
PEDRO HENRIQUE BULHÕES ALVES		
PEDRO PAULO DE OLIVEIRA SOUZA		
RAFAELA DE OLIVEIRA BARBOSA	ARAPIRACA	
RAYANA DUARTE RODRIGUES		
SOPHIA MARIA LEÃO GUIMARÃES OLIVEIRA		
THAINARA DE FÁTIMA SILVA ARAÚJO		
THIAGO JOSE CAVALCANTE DOS SANTOS		
VICTOR EDUARDO MOREIRA BARBOSA DE ARAÚJO	ARAPIRACA	
VICTORIA NEVES BATISTA SANTOS		
TOTAL CANDIDATOS	66	
	ARAPIRACA	11
	MACEIÓ	55